

AGENDA MUNICIPAL COM E PARA AS JUVENTUDES



AGENDA COM E PARA AS JUVENTUDES NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

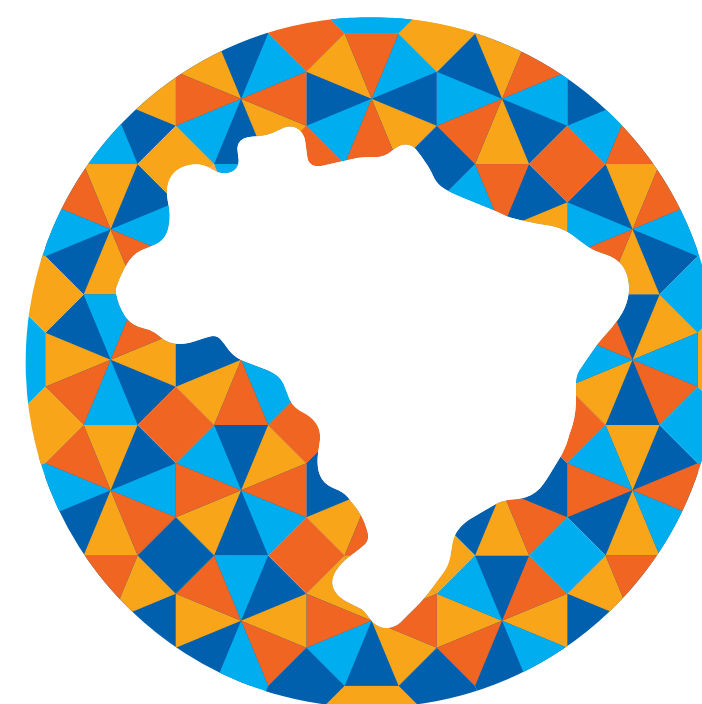
Os direitos das juventudes, afirmados no **Estatuto da Juventude**, se efetivam no contexto municipal. Nesse período de eleições, candidaturas que se preparam para ocupar cargos nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras devem estar atentas ao desenvolvimento de políticas e programas que escutem o que querem e precisam os jovens do seu território.

Investir nas juventudes pode permitir que os países em desenvolvimento possam colher um bônus demográfico, o que ajuda a reduzir a pobreza e elevar os padrões de vida. Isso ocorre porque os jovens de hoje são a população em idade ativa das próximas décadas, então todas políticas voltadas a melhorar as condições de vida das juventudes agora terão impacto no futuro do nosso país e no futuro das nossas cidades. Apoiar para que todo e qualquer jovem possa encontrar caminhos para o seu desenvolvimento, é garantir um presente e um futuro mais justo e sustentável para todas as pessoas.

.

AGENDA COM E PARA AS JUVENTUDES NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Essa agenda municipal tem como foco fornecer ferramentas para gestores públicos, atores da sociedade e jovens que queiram influenciar como as políticas públicas para as juventudes são pensadas nos municípios do nosso país. Com base em evidências, poderemos guiar o desenvolvimento da maior geração de jovens da história do país, propulsionando o nosso desenvolvimento como sociedade. Esse esforço de sistematização e proposição é fruto do Atlas das Juventudes, pesquisa nacional sobre o contexto atual das juventudes no Brasil, coordenada pelo Em Movimento e pelo Pacto das Juventudes pelos ODS.



Atlas das Juventudes



AGENDA COM E PARA AS JUVENTUDES NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Para colaborar com a construção da **Agenda Municipal com e para as Juventudes**, foi realizado um processo estruturado de construção coletiva no dia 20 de outubro, com a presença de jovens, coletivos, organizações sociais, representantes do poder público, pesquisadores e especialistas que colaboraram com a construção dessa importante agenda.

A base foi um documento criado pelo Instituto Veredas, responsável por consolidar e incorporar os dados de evidências coletados através de pesquisas quantitativas e qualitativas, com as principais agendas que são relevantes para as juventudes detectadas a partir de evidências coletadas durante as etapas anteriormente realizadas do Atlas da Juventude.



O QUE É O ATLAS DAS JUVENTUDES

O processo de construção do Atlas da Juventude foi iniciado em 2018, através de uma articulação entre o Em Movimento, uma aliança de organizações que apoia e investe em jovens, e o Pacto das Juventudes Pelos ODS, uma rede de organizações de jovens comprometidas com a Agenda 2030, com parceiros e financiadores como a Fundação Getúlio Vargas, a Talk, Instituto Veredas, Fundação Arymax, Instituto Arapyaú, Instituto Sicoob, Fundação Roberto Marinho, Eureka, Legado para a Juventude Brasileira, Fundação Estudar, Global Opportunity Youth Network, Rede Globo, UNESCO, e muitos outros.

Em sua primeira fase, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, com o professor Marcelo Neri, ex-presidente do IPEA, Ex-Ministro da SAE e Diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, o Atlas das Juventudes realizou o processamento, atualização e sistematização das principais bases de microdados do país e do mundo. Foram construídos panoramas, simuladores, mapas e diversas projeções populacionais, com dados de todas as cidades, estados e regiões do Brasil.

O QUE É O ATLAS DAS JUVENTUDES

A segunda fase do Atlas das Juventudes foi executada em conjunto com a Talk Inc, do Sonho Brasileiro e do Sonho Brasileiro da Política, e consistiu uma etapa qualitativa.

No momento o Atlas da Juventude está em sua terceira etapa, em parceria com o Instituto Veredas, responsável por consolidar e incorporar os dados de evidências para sabermos o que tem sido mais efetivo para a resolução das principais questões das juventudes brasileiras, para que possamos, além de diagnosticar como estão as juventudes no Brasil, propor caminhos sólidos e avaliados de resolução dos principais problemas que as juventudes enfrentam atualmente no nosso país.

PROPOR CAMINHOS SÓLIDOS E AVALIADOS DE RESOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE AS JUVENTUDES ENFRENTAM ATUALMENTE NO NOSSO PAÍS.



REALIZADORES



APOIADORES



PARCEIROS TÉCNICOS



PARCEIROS



POTÊNCIAS

VOCÊ SABIA QUE O BRASIL
POSSUI CERCA DE
50 MILHÕES DE
JOVENS

REPRESENTANDO $\frac{1}{4}$
DE TODA NOSSA POPULAÇÃO?



NO **GLOBAL YOUTH REPORT** DE 2017,
O BRASIL FICOU EM

11º ENTRE 30 PAÍSES

NO DOMÍNIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE
DEMONSTRA UM GRANDE POTENCIAL DOS JOVENS DE SE ADAPTAR ÀS
MUDANÇAS TECNOLÓGICAS.



JOVENS BRASILEIROS APRESENTARAM,
NO **GLOBAL YOUTH REPORT** DE 2017,

UM ÍNDICE ACIMA DA
MÉDIA INTERNACIONAL

PARA ENGAJAMENTO COM ATIVIDADES EMPREENDEDORA.

CAPACITAR OS 40% DOS JOVENS LATINO-AMERICANOS
QUE NÃO OCUPAM POSTOS FORMAIS DE TRABALHO NEM ESTÃO ESTUDANDO OU EM
FORMAÇÃO PODERIA DESENCADear NOVOS MOTORES DE CRESCIMENTO.

CEPAL.ORG



URGÊNCIAS

EM 2018, **36,5%**
DOS JOVENS
ACIMA DE 19 ANOS

**NÃO HAVIAM CONCLUÍDO O
ENSINO MÉDIO NO BRASIL**



EM 2020, **35,9% DOS JOVENS** ENTRE 18 E 24 ANOS
NÃO TRABALHAVAM OU ESTUDAVAM NO BRASIL.



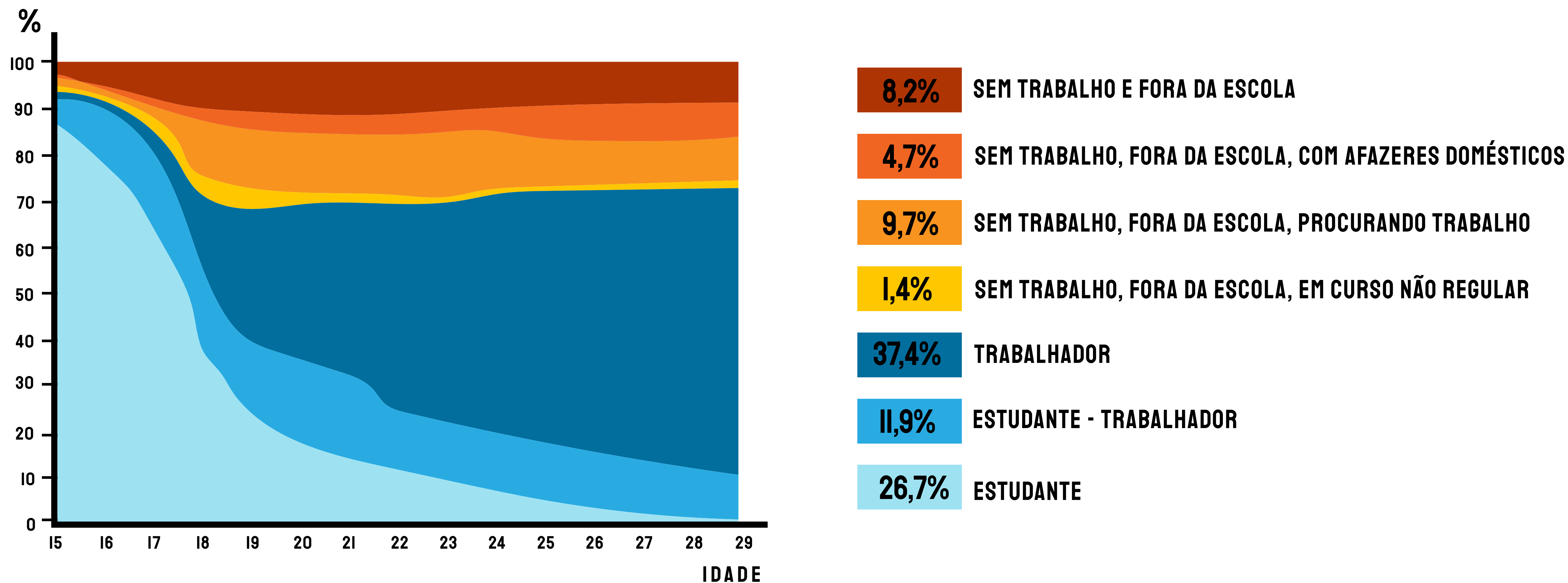
15% DE TODOS OS NASCIDOS
VIVOS NO BRASIL, EM 2018,
**ERAM DE MÃES DE
10 A 19 ANOS**

**O BRASIL APRESENTOU ÍNDICES
PIORES DO QUE A MAIORIA DOS PAÍSES**
NOS DOMÍNIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E IGUALDADE DE
GÊNERO DO **GLOBAL YOUTH REPORT** DE 2017.



DE ESTUDANTE A TRABALHADOR

COMO OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE ATIVIDADE EM CADA PERÍODO DA VIDA?



FONTE: IBGE PNAD CONTÍNUA 3º TRIMESTRE DE 2018. ELABORAÇÃO: DIEESE

I. DO DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

FILIAÇÃO DE JOVENS A
PARTIDOS POLÍTICOS

CAIU 44%

ENTRE 2010 E 2018

[INFOGRÁFICOS ESTADÃO](#)

JUVENTUDE TEM CADA VEZ MAIS
ACESSO À INFORMAÇÃO E

**MENOS ACESSO
AO PODER.**

[CEPAL.ORG](#)

JUVENTUDE OCUPA UM LUGAR AMBÍGUO ENTRE OS

**RECEPTORES DE POLÍTICAS E
PROTAGONISTAS DA MUDANÇA.**

[CEPAL.ORG](#)

JOVENS VIVEM COM EXPECTATIVAS DE AUTODETERMINAÇÃO E
PROTAGONISMO MAS EXPERIMENTAM SITUAÇÕES DE

PRECARIEDADE E DE DESMOBILIZAÇÃO.

[CEPAL.ORG](#)



I. DO DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

Se seu município ainda não possui um **Conselho Municipal da Juventude** ou não realizou uma **Conferência Municipal da Juventude**, esse pode ser um primeiro passo importante para estimular a participação social das juventudes. Divulgar a atuação e reservar vagas para a participação de jovens nos Conselhos das políticas setoriais também é relevante. É muito relevante trabalhar na construção de uma **Política Municipal das Juventudes**, articulada por uma coordenação local de forma a engajar a sociedade civil. A participação social melhora a qualidade e o acesso a serviços públicos. Assim, o município pode promover o engajamento de jovens através de mecanismos de participação (definição participativa de prioridades e de orçamentos); inclusão de grupos marginalizados (mapeamento de quais grupos populacionais estão sendo mais negligenciados no território e promoção de escuta ativa); ações de transparência (informação sobre direitos e desempenho do serviço público); e/ou fomento ao feedback e ao monitoramento comunitário das

ações governamentais. Essa forma de monitoramento também parece contribuir para a redução da corrupção em serviços públicos. Estimular que jovens se envolvam na vida política e comunitária de seus municípios pode trazer importantes benefícios à realidade local. Dessa forma, pode ser interessante fomentar parcerias que aproximem os jovens dos poderes executivos e legislativos, estimular a constituição de grêmios estudantis, coletivos e organizações juvenis e apoiar a participação nos espaços de ação comunitária e solução de problemas locais, inclusive como parte dos currículos de educação e em consonância com iniciativas de extensão universitária. Por fim, podem ser realizadas ações de conscientização dos jovens sobre seus direitos e sobre formas como podem demandar ou executar melhorias em seus territórios, bem como fomentar a educação política.

2. DO DIREITO À EDUCAÇÃO

EM 2015, SOMENTE

38% DOS ADOLESCENTES

ESTAVAM NA SÉRIE CORRETA NA ESCOLA, E MAIS DE

13% JÁ TINHAM PARADO DE ESTUDAR.

GRUPO BANCO MUNDIAL

A TAXA DE EVASÃO ESCOLAR ENTRE

MENINAS DE 15 A 17 ANOS

COM PELO MENOS UM FILHO

ALCANÇAVA 68% EM 2015,

**CONTRA 22% ENTRE AS JOVENS DA
MESMA IDADE QUE AINDA NÃO HAVIAM
SIDO MÃES.**

JORNAL ESTADO DE MINAS



2. DO DIREITO À EDUCAÇÃO

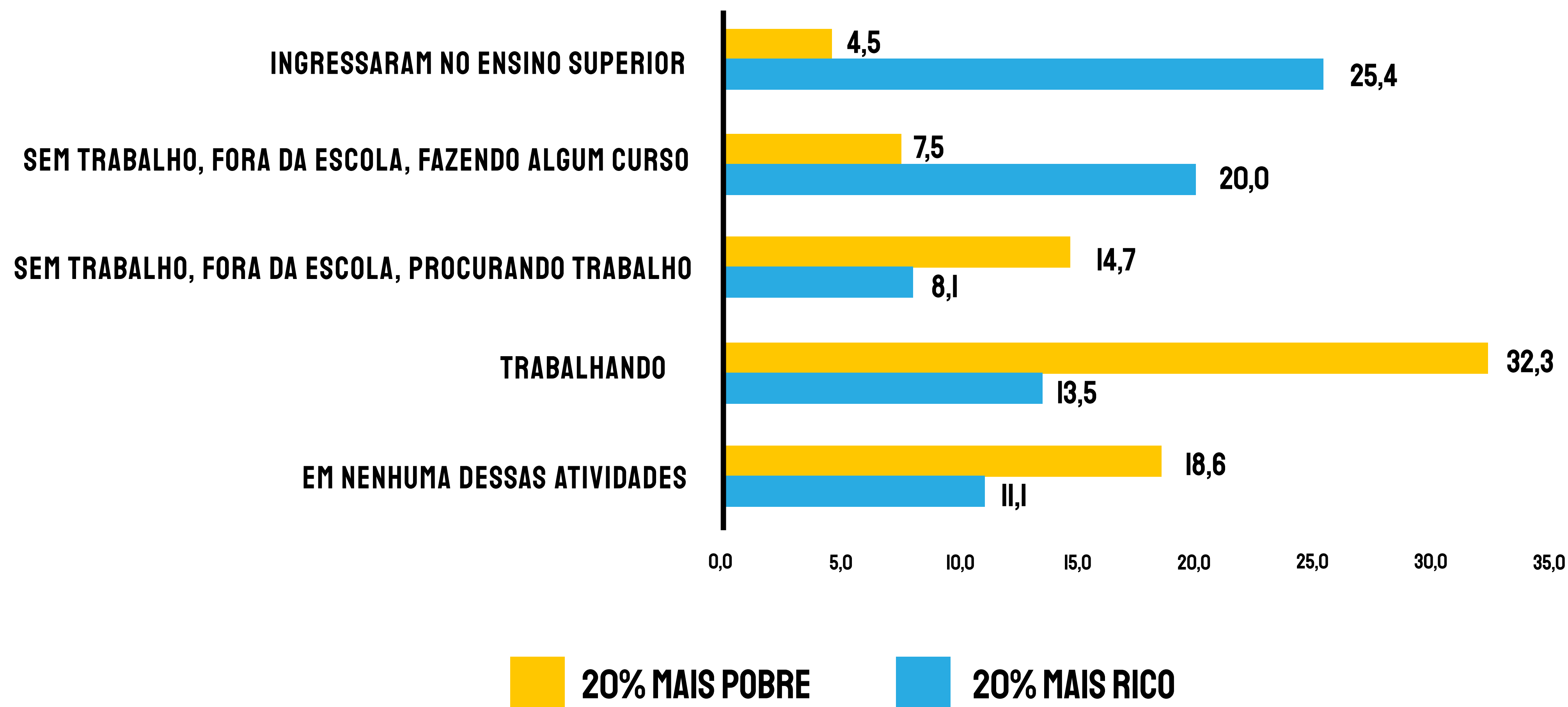
Garantir que jovens não abandonem os estudos é um dos grandes desafios que o município pode encarar. Para isso, pode ser importante promover a busca ativa de jovens que evadiram ou estão em risco, além de proporcionar espaços de diálogo e acesso à informação para toda a comunidade de ensino, melhorar condições de acesso e permanência na escola (investindo em mobilidade, segurança alimentar, atividades contra-turno, por exemplo), ofertar programas de transferência de renda ou bolsas de permanência que ajudem jovens e suas famílias a não ter que escolher entre estudar e trabalhar, e implementar intervenções pedagógicas na dinâmica da escola. Tais ações podem levar à redução das taxas de evasão e abandono e aumento das taxas de matrícula, frequência e conclusão de anos de **estudo**. Pode ser importante atentar especialmente às situações de disparidade entre idade e ano escolar, de forma a motivar esse público de jovens a permanecer na escola, monitorando e avaliando processos de aprendizagem. Além disso, a educação municipal pode ser adaptada para refletir de forma mais nítida a realidade dos jovens, com **escuta e protagonismo** deles na

construção e adaptação curricular. A realização de um mapeamento das desigualdades de acesso à educação de qualidade pode ajudar a evidenciar barreiras, tanto em relação à educação básica quanto ao ensino superior. Esse último, por exemplo, pode ser potencializado com o fomento a cursinhos populares nas comunidades. É essencial enfrentar essas disparidades, considerando as desigualdades de renda, gênero, raça/cor, etnia, orientação sexual, de credo religioso e região de moradia, articulando as políticas educacionais com outras políticas intersetoriais, em especial as de assistência social e as de trabalho e renda.

NO ÚLTIMO ANO, FOI LANÇADO O DOCUMENTO CONSTRUÇÃO COLETIVA DE PROPOSTAS PARA O ENSINO MÉDIO, ELABORADO A PARTIR DE UMA SÉRIE DE ENCONTROS EM DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS ENTRE OUTUBRO DE 2018 E JUNHO DE 2019. REALIZADO A PARTIR DA PARCERIA DA ASHOKA, A FACULDADE DE EDUCAÇÃO NA USP E A CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, O OBJETIVO DESSA CONSTRUÇÃO FOI MAPEAR PROPOSTAS COLETIVAS PARA AS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO, ENGAJANDO DIVERSAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS E ALINHADAS EM TORNO DE PRINCÍPIOS COMUNS: INCLUSÃO, DEMOCRACIA, CONTEMPORANEIDADE/ INTEGRALIDADE E TRANSFORMAÇÃO.

DIFERENTES ORIGENS, DIFERENTES PERSPECTIVAS

O QUE OS JOVENS QUE ESTAVAM SAINDO DO ENSINO MÉDIO EM 2017 ESTAVAM FAZENDO EM 2018?



FONTE: IBGE PNAD CONTÍNUA SITUAÇÃO NO 3º TRIMESTRE DE 2018. ELABORAÇÃO: DIEESE

3. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

A TAXA DE DESEMPREGO ENTRE OS JOVENS DE 18 A 24 ANOS DE IDADE BRASILEIROS FICOU EM

27,1% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

BEM ACIMA DA MÉDIA GERAL DE 12,2% DO PAÍS NO PERÍODO.

AGÊNCIA BRASIL

EM 2019, HOMENS GANHAVAM

47,24% MAIS QUE MULHERES NO BRASIL

INCLUSIVE NO DESEMPENHO DAS MESMAS FUNÇÕES HÁ ESSA DIFERENÇA.

NO FINAL DE 2019, AS MULHERES TAMBÉM REPRESENTAM A

MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO (64,2%)

FORA DA FORÇA DE TRABALHO, FATO QUE PIOROU COM A PANDEMIA.

AGÊNCIA BRASIL

EM 2018, 47,3% DAS PESSOAS

OCUPADAS PRETAS OU PARDAS

ESTAVAM EM TRABALHOS INFORMAIS.

ALÉM DISSO, AS PESSOAS PRETAS E PARDAS REPRESENTAVAM

$\frac{2}{3}$ DA POPULAÇÃO SEM EMPREGO NO PAÍS.

BIBLIOTECA IBGE



3. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

O NÚMERO DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS COM FILHOS FORA TANTO DA ESCOLA QUANTO DO MERCADO

AUMENTOU 17%

ENTRE 2012 E 2013

GI

EM 2018, 31%

DAS MULHERES

DISSERAM QUE NÃO PODIAM TRABALHAR PORQUE TINHAM QUE CUIDAR DE AFAZERES DOMÉSTICOS.

BOLETIM EMPREGO EM PAUTA

EM 2018, APENAS 5% DOS JOVENS ENTREVISTADOS

PELO IBGE DISSERAM QUE REALMENTE NÃO QUERIAM TRABALHAR E

41% DOS JOVENS SEM TRABALHO

E FORA DA ESCOLA TINHAM PROCURADO ATIVAMENTE TRABALHO NO MÊS EM QUE FORAM ENTREVISTADOS.

BIBLIOTECA IBGE



Oferecer às juventudes treinamento e desenvolvimento de habilidades, tanto para o trabalho e gestão financeira quanto socioemocionais, é uma ação que pode facilitar a inclusão no mercado de trabalho e renda, especialmente se conectada com as demandas de empregadores locais. Para tanto, é essencial conhecer e valorizar as potencialidades locais para o mercado de trabalho, tanto do lado da oferta, quanto da demanda. Fomentar que empregadores atuem no sentido de capacitar os jovens para o trabalho pode ser uma estratégia relevante, inclusive valorizando em editais públicos a seleção de empresas com maiores índices de responsabilidade social, bem como acompanhar a aplicação local da Lei de Aprendizagem. Mapear e apoiar jovens empreendedores, que estejam engajados na economia comunitária, seja com subsídios financeiros, seja conectando-os com possíveis compradores, ajuda a crescer suas atividades e contribui para o **desenvolvimento local**. A equidade racial é um desafio urgente e demanda articulação intersetorial para valorização dos jovens pretos e pardos, bem como a diminuição de barreiras para que estes acessem oportunidades de trabalho decente. A promoção de igualdade de gênero no mercado

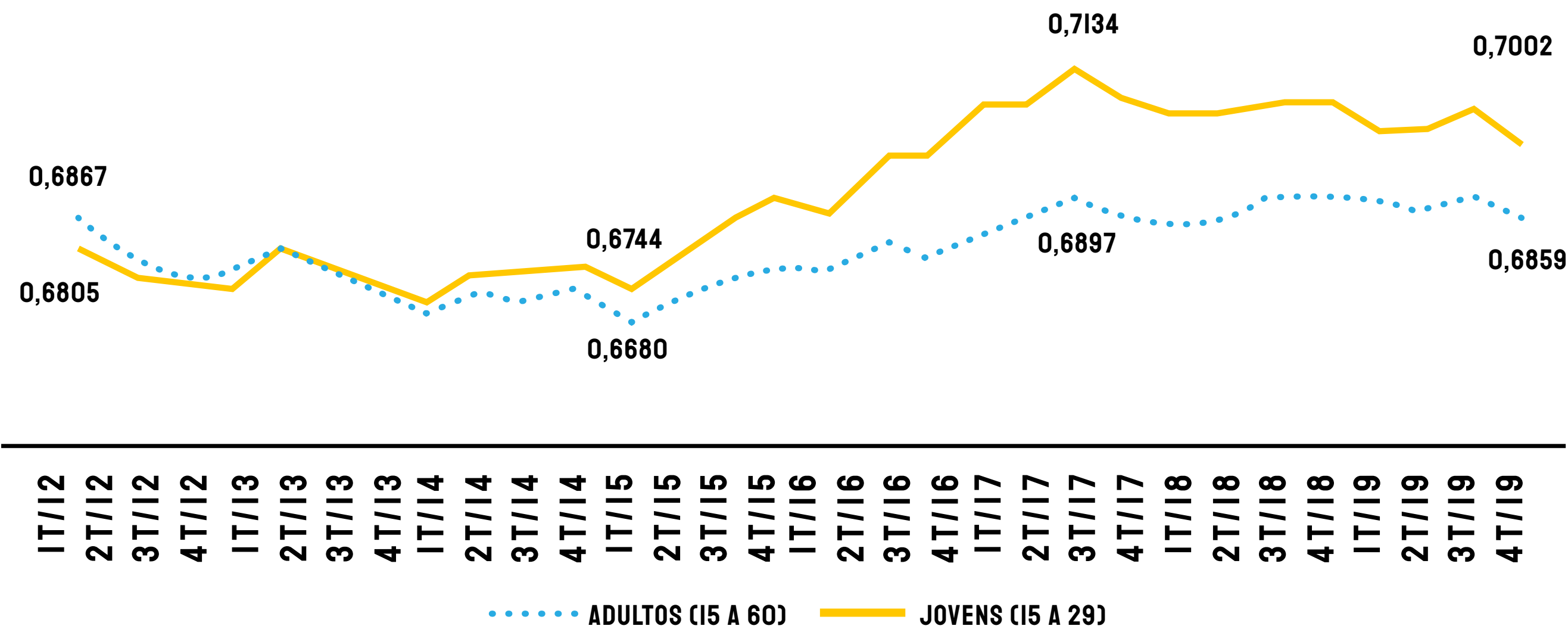
3. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

de trabalho também é essencial e pode ocorrer através da formação de grupos cooperativos femininos e de treinamentos profissionais desenhados especificamente para esse **público**. Uma atenção especial deve ser voltada a jovens que tiveram filhos, com oferta de apoio de creche e estímulo à inserção ou à permanência no mercado de trabalho. A inclusão de jovens com deficiências e LGBTQIA+ pode ser facilitada através de políticas e parcerias municipais. Para a juventude rural, apoiar as cadeias de valor **rurais**, com empréstimos ou garantia de vendas, pode fazer a diferença na sua vida profissional. Os estímulos à agricultura familiar e à geração de renda local podem diminuir as desigualdades entre os meios rural e urbano, e entre os centros e as periferias. Lembrando que o município pode apoiar legislações para facilitar as compras públicas dos pequenos produtores, seja para a merenda escolar, seja para a confecção de uniformes ou insumos de trabalho para servidores públicos.

A OPRESSÃO À POPULAÇÃO LGBTQIA+ IMPACTA NA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS E NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. NO GERAL, MULHERES TENDEM A PERMANECER MAIS TEMPO NA ESCOLA, MAS HÁ UMA INVERSÃO DESSE PROCESSO NO MOMENTO DE INSERÇÃO NO MERCADO. JÁ A POPULAÇÃO PARDA E PRETA É AFETADA EM AMBOS ESPAÇOS. ASSIM, NÃO HÁ COMO PENSAR POLÍTICAS SOCIAIS, EM ESPECIAL DE TRABALHO E DE EDUCAÇÃO, SEM CONSIDERAR QUESTÕES DE DIVERSIDADE E IGUALDADE.

4. DO DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

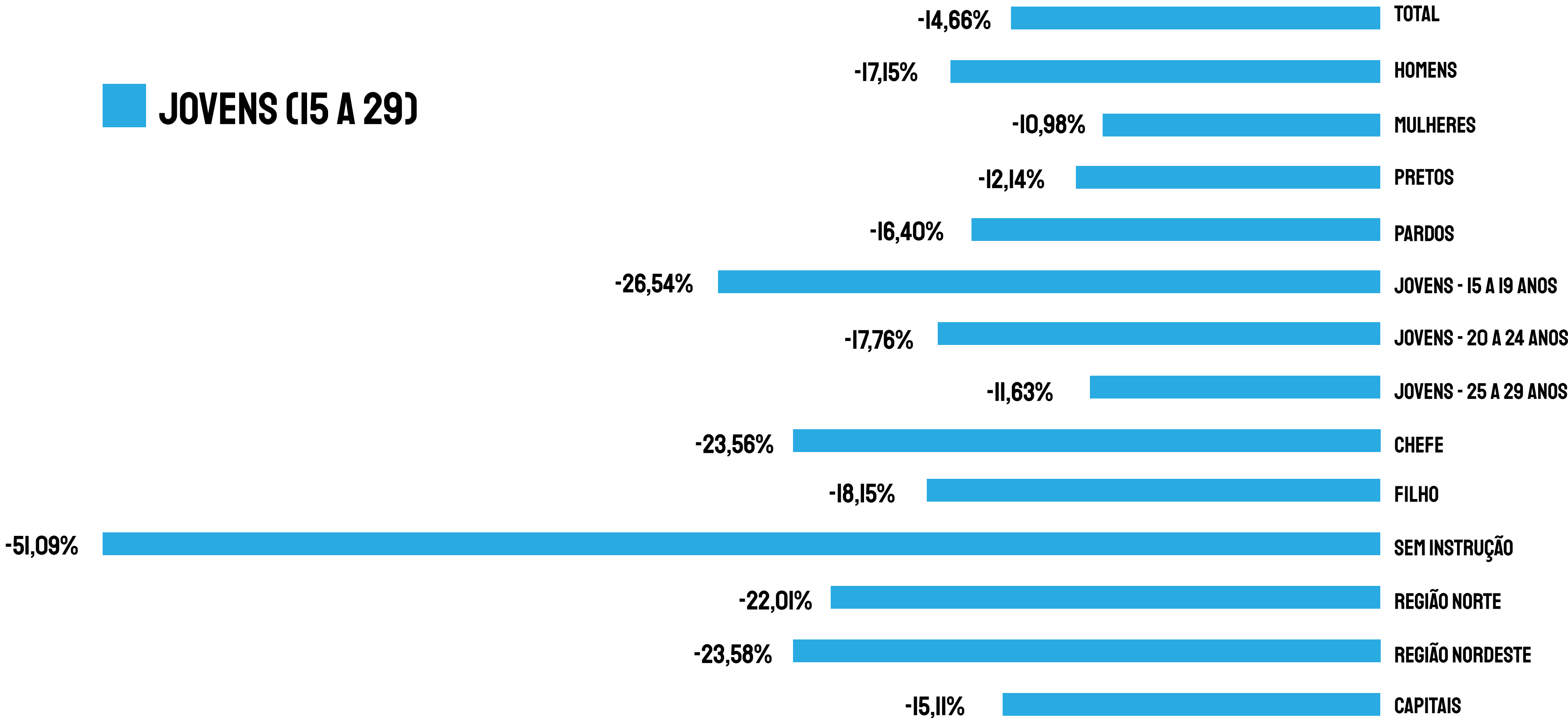
EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE (GINI) DE RENDA INDIVIDUAL DO TRABALHO



FONTE:FGV SOCIAL A PARTIR DOS MICRODADOS DA PNADC TRIMESTRAL/IBGE - ATLAS DAS JUVENTUDES
*TODOS OS CÁLCULOS TAMBÉM FEITOS PARA MEDIDAS BASEADAS EM RENDA PER CAPITA

QUEM PERDEU MAIS ENTRE OS JOVENS?

TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA INDIVIDUAL TRABALHO DOS JOVENS ABERTOS POR GRUPOS TRADICIONALMENTE EXCLUIDOS DE 2014.T4 A 2019 T2



FONTE: FGV SOCIALQCPS A PARTIR DE MICRODADOS DA PNADC TRIMESTRAL/IBGE - ATLAS DAS JUVENTUDES

4. DO DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

Os municípios devem elaborar políticas públicas que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social relacionada à raça ou ao gênero, compreendendo os diferentes contextos e as necessidades de apoio distintas entre as juventudes. Jovens **LGBTQIA+** (em especial jovens trans), pretos e pardos, representantes de povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens com problemas de saúde mental ou deficiências (PCD) são alguns dos grupos que podem demandar ações específicas de proteção e empoderamento. Para as jovens PCD, é essencial promover acessibilidade e inclusão, tanto em ambientes físicos quanto virtuais. Combater o estigma e o **preconceito** contra essas pessoas é algo que pode ser realizado em âmbito comunitário, através da oferta de cursos e oficinas em ambientes de convivência, escolas e locais de trabalho, ações de comunicação que celebrem a diversidade e ressaltem as medidas locais contra diferentes formas de preconceito, fomento a grupos e clubes de apoio e oferta de atenção psicossocial para as pessoas que foram

vítimas de violências discriminatórias. Lembrando que a garantia da diversidade e da igualdade não é obtida apenas com ações pontuais, mas com um compromisso municipal de longo prazo, que se reflete em todas as políticas e todos os serviços prestados. Ações afirmativas no âmbito da educação e do trabalho são essenciais, bem como políticas de conscientização nas escolas e educação comunitária sobre os temas da diversidade e da igualdade de direitos. Outra medida que pode ser adotada é a inclusão de cotas destinadas aos grupos sub representados em espaços de tomada de decisão, em especial cargos no legislativo e nas coordenações e secretarias do executivo municipal.



5. DO DIREITO À SAÚDE

EM 2017, NO BRASIL, ENTRE OS ADOLESCENTES,

**17,1% ESTAVAM COM SOBREPESO E 8,4% JÁ
ERAM CONSIDERADOS OBESOS.**

UNICEF

JÁ ENTRE OS JOVENS DE 18 A 24 ANOS QUE
RESIDEM NAS CAPITAIS BRASILEIRAS, EM 2019,

**38,8% APRESENTARAM
EXCESSO DE PESO OU
OBESIDADE.**

VIGITEL 2019

EM 2020, DURANTE A PANDEMIA,

**67% DAS MULHERES JOVENS
E 50% DOS HOMENS JOVENS
RELATARAM SENTIR ANSIEDADE DE FORMA NEGATIVA.**

JUVENTUDES E A PANDEMIA

**JOVENS REPRESENTARAM
33,2% DE TODAS AS MORTES**

POR CAUSAS EXTERNAS (VIOLÊNCIA E ACIDENTES) NO BRASIL EM 2018.

TABNET



5. DO DIREITO À SAÚDE

Apoiar ações de promoção e prevenção em saúde é um dos papéis mais relevantes que um município pode desempenhar. A promoção de saúde alimentar e nutricional é relevante e deve considerar **especificidades locais**. A prevenção de acidentes e promoção de uma cultura de paz também pode ser objeto das ações na área da saúde, em parceria com a segurança pública. Na **saúde sexual e reprodutiva**, as Unidades Básicas de Saúde e as Equipes de Saúde da Família devem ser capacitadas para acolher o público jovem, apoiando a tomada de decisão informada e segura, especialmente tendo em vista a questão de gravidez na adolescência e da violência sexual contra as meninas e mulheres. Tal aconselhamento pode se dar também no Programa Saúde na Escola. Já na saúde mental, cuidados realizados nos serviços comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial, são mais benéficos do que internações em **hospitais e clínicas**, porque permitem a manutenção da rede de apoio e do convívio familiar. Para temas como saúde mental e uso de drogas, o público jovem

pode se beneficiar de ações de aconselhamento ou atividades educativas em saúde facilitadas por seus pares, e tal modalidade funciona especialmente bem para a juventude **indígena**. Capacitar equipes para ofertar um atendimento intercultural, com atenção aos povos e comunidades tradicionais e à juventude LGBTQIA+ é um dos pilares da **equidade em saúde**. O município também pode apoiar iniciativas que ofertem informações em saúde de forma **online**, seja por aplicativos ou sites, que podem ter maior alcance para as juventudes. O direito à saúde também deve ser afirmado para grupos de jovens que apresentem maiores vulnerabilidades sociais, tais como aqueles em situação de rua, em cumprimento de medida socioeducativa ou em regime fechado em **prisões**.

6. DO DIREITO À CULTURA

EM CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA E, ESPECIALMENTE DURANTE A PANDEMIA, OS ESPAÇOS CULTURAIS E O FINANCIAMENTO DA CULTURA

OBSERVAM IMPORTANTES RESTRIÇÕES.

UMA PESQUISA SOBRE O SETOR CULTURAL E A ECONOMIA CRIATIVA, NO ANO 2020, INDICOU QUE

50% DOS TRABALHADORES DESSE SETOR TIVERAM PROJETOS SUSPENSOS E 42%, CANCELADOS.

COM RELAÇÃO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS, 38% INFORMARAM TER PERDIDO PATROCÍNIOS OBTIDOS ANTES DO INÍCIO DA CRISE

CULTURA.SP.GOV.BR

APENAS 5,9% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

POSSUÍAM PLANO DE CULTURA REGULAMENTADO POR INSTRUMENTO LEGAL EM 2014.

[CULTURA E MERCADO](#)



6. DO DIREITO À CULTURA

Atividades de **cunho criativo**, como música, dança, teatro e artes visuais, ofertadas em contexto comunitário, têm efeitos positivos em mudanças de comportamento, autoconfiança, autoestima, conhecimento e atividade física entre jovens. Todavia, o que se observa mais comumente é a escassez, precarização e descontinuidade de equipamentos e ações culturais nos contextos municipais. Iniciativas municipais que favoreçam o protagonismo juvenil nesse âmbito, tais como o **Pontão de Cultura** – Rede de Formação e Articulação dos Pontos para Trabalho com Infância e Juventude, são muito relevantes para garantir que a cultura chegue em todos os cantos de uma cidade. Reconhecer a cultura como um direito, através de um plano ou política municipal específico, é essencial para garantir o fomento de ações e de equipamentos culturais, especialmente compreendendo a necessidade de descentralização da cultura nos territórios. Além disso, o município pode oferecer auxílios financeiros e apoios para que jovens possam produzir e frequentar eventos culturais,

inclusive reconhecendo essas atividades nos currículos formais de educação, e apoiar coletivos culturais locais.



7. DO DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

DESDE 2019, HOVE UM DECLÍNIO DE

28% NA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL,

QUE É CLASSIFICADO COMO UM PAÍS ONDE ESSE DIREITO ESTÁ EM

CONDIÇÃO DE RESTRIÇÃO.

[ARTIGO19.ORG](https://artigo19.org)

ENTRE A POPULAÇÃO MAIS POBRE, APENAS SEIS DE CADA DEZ BRASILEIROS

CONSEGUEM NAVEGAR PELA INTERNET.

[BRASIL DE FATO](#)

APENAS 23% DA POPULAÇÃO ANALFABETA

OU QUE FREQUENTA O ENSINO INFANTIL TÊM ACESSO À INTERNET.
ENTRE OS ESTUDANTES DO NÍVEL FUNDAMENTAL,

ESSE NÚMERO SOBE PARA 68%.

[BRASIL DE FATO](#)



7. DO DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Cada vez mais a inclusão digital é determinante para promover comunicação entre as **pessoas**. Há desigualdades no acesso à internet e aos meios de comunicação. O município deve atuar de forma a facilitar acesso e conexão à internet, bem como incentivar a co-criação de soluções de comunicação, que representem as realidades e as linguagens de diferentes grupos. Apoiar laboratórios de comunicação descentralizados e comunitários, que envolvam jovens, pessoas idosas, mulheres e pessoas que habitam o meio rural, pode ser uma ferramenta essencial para incluir e conectar a população local, garantindo espaços para narrativas que incluam esse público. Também é importante possibilitar a utilização de diferentes mídias (jornais, rádios, redes sociais, por exemplo) e adotar modelos onde as pessoas recebam incentivos para ensinar umas às outras as habilidades necessárias. A **Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores** mapeou diversas pautas em sua Conferência Livre de 2015 que podem ser adaptadas para as realidades municipais.

8. DO DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER

EM 2013, 45% DOS JOVENS BRASILEIROS

ENTRE 16 A 24 ANOS DECLARARAM TER ABANDONADO A PRÁTICA DE ESPORTES OU ATIVIDADES FÍSICAS.

ARQUIVO.ESPORTE.GOV

48% DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

NO DIAGNÓSTICO NACIONAL DO ESPORTE INDICARAM TER INICIADO SUAS PRÁTICAS NA ESCOLA / UNIVERSIDADE COM ORIENTAÇÃO DE PROFESSOR.

ARQUIVO.ESPORTE.GOV

O PÚBLICO MAIS BENEFICIADO POR POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL, EM 2011, ERA O DE 12 A 17 ANOS, COM UMA

QUEDA BRUSCA DE APROVEITAMENTO

JUNTO ÀS PESSOAS ACIMA DE 18 ANOS

[IPEA](#)

EM 2015, NA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE,

OS JOVENS FIZERAM CRÍTICAS AOS

ALTOS PREÇOS COBRADOS

PARA ASSISTIREM A EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

[IPEA](#)



8. DO DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER

Diversos municípios não possuem um plano específico para a área de esporte e lazer, sendo que a construção deste pode ser um primeiro passo relevante para a afirmação dos direitos dos jovens. Ampliar, diversificar, criar e descentralizar os programas e políticas de esporte e lazer foi uma das demandas da 3ª Conferência Nacional da Juventude, reconhecendo o papel das escolas em abrigar centros esportivos, os quais precisam ser mantidos e aprimorados. Equipamentos esportivos e de lazer diversos, como praças, parques, piscinas comunitárias, campinhos e ginásios, podem ser objeto de investimento municipal e de parcerias com o setor privado, a sociedade civil, as organizações estudantis, as entidades de classe, as organizações governamentais, as lideranças e associações comunitárias e demais representações sociais. É importante **garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e a gestão democrática dos mesmos, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.**

9. DO DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

O TRANSPORTE PÚBLICO PODE SER MUITO CARO. EM ALGUMAS CAPITALS,
PARA QUEM RECEBE UM SALÁRIO MÍNIMO,

**I EM CADA 5 REAIS GANHOS SÃO INVESTIDOS EM
TRANSPORTE PÚBLICO**

CASAFLUMINENSE.ORG.BR

GASTOS MAIORES COM DESLOCAMENTO, MENOS TEMPO LIVRE E MENOR
ACESSO A BICICLETAS E OUTRAS ALTERNATIVAS DE MOBILIDADE NO DIA A DIA

**SÃO EFEITOS COLATERAIS DA VIDA NA PERIFERIA,
ESPECIALMENTE PARA PESSOAS PRETAS E PARDAS**

[ITDP](#)

DIANTE DE NOVAS POSSIBILIDADES DE AUMENTAR A RENDA FAMILIAR,
CERCA DE 84% DOS JOVENS AGRICULTORES, SE PUDESSEM ESCOLHER,
NÃO TROCARIAM A VIDA RURAL POR UMA OPORTUNIDADE DE TRABALHO NA
ÁREA URBANA.

[NESTLE](#)



9. DO DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

Os direitos à cidade, à terra, à moradia e à mobilidade envolvem jovens oriundos de diferentes contextos. É essencial conhecer essas diferenças e levantar dados atualizados sobre territórios e mobilidade. A juventude rural, por exemplo, abarca uma diversidade de homens e mulheres que residem nas zonas delimitadas como rurais pelos municípios, incluindo comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, **entre outras**. Algumas condições mínimas devem ser ofertadas para evitar a evasão rural: i) o acesso à terra; ii) fomento, acesso ao crédito e aos mercados; iii) a ampliação e a qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para as especificidades da juventude rural; e iv) a promoção da qualidade de vida e da cidadania no **campo**. A juventude urbana apresenta os desafios singulares das realidades das periferias, dos grandes centros e das cidades pequenas que dependem em maior medida de uma articulação regional e de uma boa gestão dos **espaços públicos**. A experiência diária no deslocamento está diretamente relacionada com a forma como as oportunidades

são distribuídas pela cidade. As regiões centrais de centros urbanos tendem a concentrar empregos, serviços, comércio e lazer, o que torna mais difícil (e custoso!) o acesso de quem mora mais **longe**. Compreender as necessidades e criar políticas atentas a esses grupos é uma ação que municípios podem desenvolver de forma a diminuir desigualdades. Dentre as ações possíveis estão: elaborar políticas de mobilidade urbanas e rurais e acesso ao transporte de qualidade que atendam em maior número e qualidade os territórios longínquos ou em vulnerabilidade, inclusive o transporte fluvial para comunidades ribeirinhas; criar conselhos participativos que debatam o tema; e estruturar programas que fomentem a geração de renda com base na vocação dos territórios. Além disso, facilitar o acesso à **micromobilidade** e ao transporte público local, intermunicipal e interestadual para jovens, com iniciativas de disponibilização de bicicletas e de passe livre, pode reduzir barreiras de circulação e ampliar possibilidades de convivência e ação das juventudes.

IO. DO DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

**JOVENS TÊM GANHADO RELEVÂNCIA
NO ATIVISMO AMBIENTAL.**

[REBEA](#)

**A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA É RESPONSÁVEL
POR MAIS DE 50 MIL MORTES**

POR ANO APENAS NO BRASIL.

[SAUDEESUSTENTABILIDADE.ORG.BR](#)

**APENAS 1,7% DOS
MUNICÍPIOS**

**BRASILEIROS POSSUEM
MONITORAMENTO DE
QUALIDADE DO AR.**

[SAUDEESUSTENTABILIDADE.ORG.BR](#)



IO. DO DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

Os municípios precisam avançar muito nos monitoramentos e na transparência de dados sobre meio ambiente. Um bom começo é se espelhar nas metas do **Acordo de Paris** e no **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente** para desenvolver ações locais, tais como ampliar e qualificar a participação dos jovens no âmbito das mudanças climáticas, na conservação e regularização ambiental, na gestão de resíduos e no enfrentamento da injustiça ambiental; ampliar a implementação, a oferta e as condições favoráveis para práticas de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS); e valorizar, fomentar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, adotando ações de vinculação dos jovens a seus territórios e a conexão destes com o meio ambiente. Dessa forma, é possível promover desde ações educativas e informativas, que ajudem a compreender o impacto da reciclagem, por exemplo, no nível dos bairros, até promover hortas comunitárias e apoio à agricultura familiar. Garantir que jovens participem dos espaços de monitoramento e tomada de decisão sobre o meio ambiente

pode trazer novos pontos de vista para o debate, em especial se incluir representantes da juventude rural e dos povos quilombolas, indígenas e ribeirinhos.



II. DO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

**EM 2019, 74,4% DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA LETAL,
E NO BRASIL, ERAM NEGRAS E 51,6% ERAM JOVENS ATÉ 29 ANOS.
ESSES JOVENS TAMBÉM REPRESENTARAM MAIS DE 70% DAS
VÍTIMAS DE INTERVENÇÕES POLICIAIS.**

[FORUMSEGURANCA.ORG.BR](https://forumseguranca.org.br)

**EM 2019, OS FEMINICÍDIOS
CRESCERAM 7,1%
E A VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIA+
CRESCERAM 7,7%.**

[FORUMSEGURANCA.ORG.BR](https://forumseguranca.org.br)

**EM 2019, 66,7% DAS
PESSOAS PRESAS NO PAÍS
ERAM NEGRAS.**

[FORUMSEGURANCA.ORG.BR](https://forumseguranca.org.br)

**EM 2019, FORAM REPORTADOS
1.833 CONFLITOS NO CAMPO,
COM AUMENTO DE 54% EM RELAÇÃO
À 2010.**

[CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT](#)



II. DO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

O município pode atuar com grande protagonismo na prevenção à violência contra jovens. Para isso, é relevante desenvolver materiais de conscientização sobre os direitos dos jovens e estratégias de prevenção, tanto para os trabalhadores locais quanto para o público geral, fazer programas e parcerias entre setores (saúde, segurança pública, educação, assistência social, mobilidade e órgãos da sociedade civil, por exemplo), coletar dados de modo a conhecer fatores de risco e de proteção locais, desenhar, implementar e avaliar políticas específicas e capacitar recursos humanos do município para acolher jovens envolvidos em situações de **violência**. É importante perceber que o direito à cidade e à segurança pública tem pontos de intersecção e afeta principalmente a juventude negra no Brasil. Monitorar conflitos no campo e a violência rural que atinge os jovens é outra ação relevante. A gestão municipal também pode organizar fluxos de acolhimento para jovens que foram submetidos aos sistemas socioeducativo e prisional, de modo a compreender suas principais demandas para **reinserção social**.

É também recomendável promover espaços de decisão e mediação de conflitos, tendo os jovens como protagonistas.



SAIBA MAIS

**CONHEÇA ALGUMAS PUBLICAÇÕES
QUE AJUDAM A PENSAR EM COMO
CONSTRUIR DE FORMA
PARTICIPATIVA AS POLÍTICAS
PÚBLICAS LOCAIS PARA AS
JUVENTUDES:**

O PODER DE 1,8 BILHÃO -
ADOLESCENTES, JOVENS
E A TRANSFORMAÇÃO DO
MUNDO

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
DE ADOLESCENTES E
JOVENS

AGENDA JUVENTUDE
BRASIL 2013. PESQUISA
NACIONAL SOBRE PERFIL
E OPINIÃO DOS JOVENS
BRASILEIROS

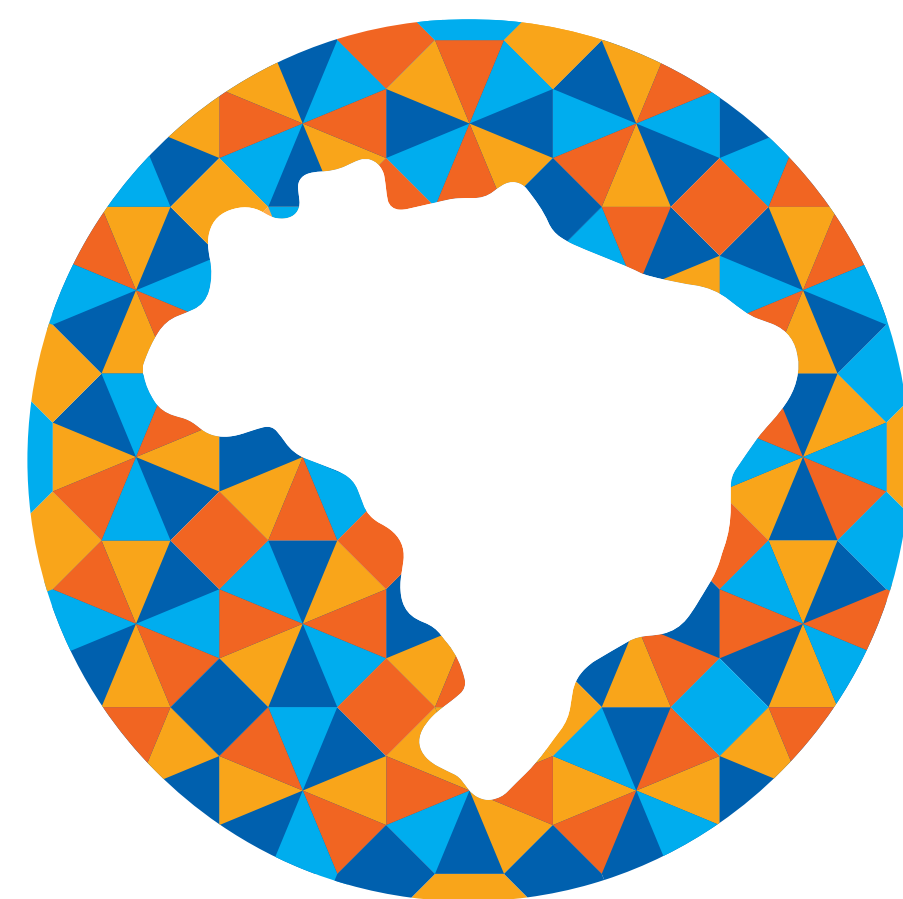
GUIA DE CONSELHOS DE
JUVENTUDE

CADERNO JUVENTUDES

PRÊMIO DE INOVAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
JUVENTUDE

GOYN | UNITED WAY
BRASIL

ACOMPANHE NOSSA INICIATIVA: O ATLAS DAS JUVENTUDES SERÁ LANÇADO NA ÍNTEGRA EM PLATAFORMA ABERTA E GRATUITA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021.



**Atlas das
Juventudes**

**FICOU INTERESSADO?
SEJA NOSSO PARCEIRO, OU FAÇA PARTE COMO APOIADOR!**

SOBRE O EM MOVIMENTO

WWW.EMMOVIMENTO.ORG.BR

f @EMMOVIMENTO.ORG

@TOEMMOVIMENTO



O Em Movimento é uma aliança de organizações que atuam dando suporte às juventudes para que possam mudar o mundo e fazer com que cada vez mais jovens se engajem, se desenvolvam e tenham acesso às oportunidades oferecidas pelo campo social.

Com quase oito anos de história, o Em Movimento pauta o lugar de fala das juventudes, a diversidade e a inclusão a partir de uma atuação baseada em Inteligência Coletiva; Mobilização de jovens e Ampliação do Radar das Organizações; e Articulação das juventudes e dos atores que trabalham apoiando o desenvolvimento das juventudes. Por acreditarmos nas potencialidades das juventudes, nosso objetivo é comunicar, pesquisar, ampliar e articular oportunidades com e para as diferentes juventudes brasileiras.

Nossa aliança é composta por sete organizações – Instituto Arapyaú, Ashoka, Impact Hub São Paulo, Fundação Arymax, Instituto Elos, Historiorama e Grupo +Unidos.

SOBRE O PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS



O Pacto das Juventudes pelos ODS é uma coalizão de organizações, movimentos e redes de juventudes representativas da sociedade civil, em articulação com governos, setor privado e as Nações Unidas. Seu objetivo é engajar, inspirar e mobilizar as juventudes brasileiras para o atingimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

O Pacto reforça um compromisso de construir uma mobilização das juventudes para a disseminação e engajamento com a Agenda 2030 bem como com a formação de líderes e cidadãos comprometidos e capazes de construir o país e o mundo que queremos. E tem como meta de impacto alcançar 10 milhões de jovens em 10 anos.



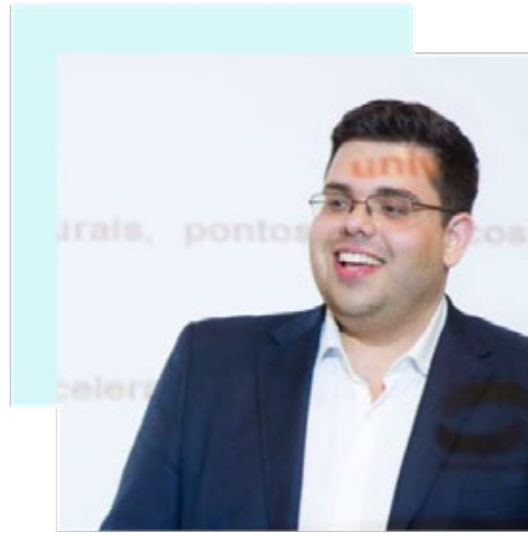
MARIANA RESEGUE

Mariana é Secretária Executiva do Em Movimento e atua como consultora e facilitadora em diversos projetos e organizações como Greenpeace, Instituto Ethos, entre outras. Jornalista e fotógrafa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem ampla experiência com comunicação, coordenação de projetos e facilitação no setor social.

Iniciou sua carreira na Juntos.com.vc, onde foi coordenadora de projetos e comunicação por três anos, apoiando na construção da consultoria de comunicação que a organização oferece para as campanhas, metodologia essa que levou a Juntos a ser uma das dez finalistas do Desafio de Impacto Social Google 2014.

Atuou como coordenadora de investimento social e comunicação do Movimento Arredondar, onde novamente apoiou a organização a ficar entre as finalistas do Desafio de Impacto Social Google 2016, dessa vez levando o maior prêmio. Foi coordenadora de comunicação da Agenda Pública em 2017.

COORDENAÇÃO GERAL



MARCUS BARÃO

Marcus Barão é Coordenador do Atlas das Juventudes, Articulador do Pacto das Juventudes pelos ODS e Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVÉ). Ainda, é Presidente do Fórum de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em sua trajetória de trabalho com jovens já foi Delegado Jovem do Brasil para o BRICS, G20, ECOSOC Youth Fórum, IberoAmerica e já falou para mais de 50.000 jovens em diferentes partes do mundo.

Coordenou a pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” que mobilizou 33.688 jovens de todo o país e também foi idealizador de programas como o “Juventude Empreendedora”, que já alcançou mais de 10.000 jovens em mais de 1.000 municípios do Brasil, além de Guiné Bissau, Angola, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Foi líder estudantil, Coordenador Geral da Junior Enterprise World Conference, Presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, Diretor da Confederação Nacional de Jovens Empresários, Coordenador da Aliança Empreendedora, Consultor da UNESCO, Diretor do Fundo Social de São Paulo e membro do Conselho do Mapa Educação.

COORDENAÇÃO GERAL



MARIANA RESEGUE

Email: mariana@emmovimento.org.br



MARCUS BARÃO

Email: marcusvbarao@gmail.com
